



OPINIÃO

POR JERSON KELMAN
SERLA, COPPE-UFRJ, RIO DE JANEIRO, RJ

A National Science Foundation (USA), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a ABRH realizaram dois seminários no final de junho de 1991, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Logo no primeiro dia do seminário carioca os participantes visitaram uma favela situada dentro da calha do Rio Pavuna-Meriti, na Baixada Fluminense, região nacionalmente conhecida pela profusão de problemas sociais decorrentes da pobreza e da falta de saneamento básico. Com tantas alternativas turisticamente atraentes de que dispõe o Rio, houve quem questionasse a visita "mundo-cão" organizada pela ABRH e pela Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas do Estado do Rio de Janeiro (SERLA). Entretanto, os participantes puderam constatar por si próprios alguns fatos que certamente não escaparão à atenção dos milhares de participantes da Rio 92:

1) Não é necessário visitar a floresta tropical amazônica, tão em moda, para testemunhar brutais agressões ao meio ambiente;

2) Os principais óbices para a superação da miséria e da degradação humana e ambiental de países do terceiro mundo, estão mais relacionados com nossa falta de capacitação político-institucional, inclusive para lograr melhores condições de troca com o primeiro mundo, do que com uma eventual necessidade de transferência científico-tecnológica.

No caso específico visitado, a construção de palafitas dentro da calha fluvial causa uma obstrução de escoamento que coloca em risco a vida dos moradores da favela e interniza a vida de milhares de habitantes das regiões situadas a montante do estrangu-

CÍRCULOS EM TORNODE UMA FAVELA

lamento, devido à alta frequência de extravazamentos. Chegamos a esta triste situação não porque os engenheiros brasileiros desconheçam a metodologia para o dimensionamento hidrológico e hidráulico do leito menor e da correspondente planície de inundação, e sim porque a Nação vem cometendo, ao longo de várias décadas, uma cadeia de decisões equivocadas e de omissões políticas e institucionais. Simbolicamente, poderíamos representar os fracassos nacionais como se fossem círculos concêntricos com a favela ao centro. *Ca minhã de dentro para fora sobre alguns destes círculos ajuda a entender a nossa problemática.*

No primeiro círculo, o mais próximo ao centro-favela, não conseguimos orientar as ocupações ilegais de terrenos para as áreas que oferecessem menor risco. Como consequência, temos hoje que tomar medidas curativas, sempre a um custo muito superior do que seria necessário caso tivéssemos adotado algum planejamento para a expansão urbana.

No segundo círculo, não conseguimos desestimular as ocupações ilegais de terrenos através de aumento da oferta de terrenos legais. Precisaríamos para isto de um sistema de tributação que eliminasse o estoque de terrenos mantidos desocupados exclusivamente com propósitos especulativos.

No terceiro círculo, não conseguimos prover condições dignas de vida nos locais de origem da imensa parcela da população, que continua migrando para a meia dúzia de grande metrópole, inchando as favelas. Muito discutimos mas pouco realizamos em termos de reforma agrária, que teria impor-

lantes repercussões para evitar esta descontrolável ocupação do espaço urbano.

No quarto círculo, de caráter bem mais geral, não conseguimos criar um sistema educacional que resultasse no acesso democrático à cidadania e cultivamos, em seu lugar, uma ideologia calcada na legitimização dos privilégios.

No quinto círculo, não conseguimos criar uma economia voltada ao atendimento das necessidades mínimas da população. *Cr amos, isto sim, um sistema econômico voltado para atender às necessidades máximas de uma parcela mínima da população.*

Finalmente, no sexto círculo, não conseguimos criar um sistema judiciário que produza justiça. Estamos condenados a nos atermos a calhamaços de normas e regulamentos formulados por uma elite presunçosa, que *da conhecer o caminho para chegarmos à Su çã, mas que na prática nos conduz à Bangladesh.*

Precisamos mudar a rota, capacitando o Estado a exercer o papel que lhe cabe de gestor da coisa pública, como é o caso da ocupação das margens dos rios e lagos. Muitos são os obstáculos a serem vencidos. Cito apenas um: é preciso lubrificar as engrenagens burocráticas dos órgãos gestores. Os administradores públicos e as equipes técnicas devem ter autonomia e devem ser cobrada responsabilidade pelos seus atos, de forma semelhante ao que acontece na iniciativa privada. É preciso mudar a ideologia imobilista hoje dominante que estimula os administradores públicos apenas a não errar. Falta o estímulo para que também acertem.